AS EMPRESAS COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luís Madureira Pires *

Sumário

Qual o papel das empresas enquanto agentes motores do crescimento e desenvolvimento regional? Sublinhe-se de imediato que, num contexto de globalização, logo de concorrência crescente entre territórios e agentes económicos, qualquer estratégia de desenvolvimento regional obriga ao reforço dos seus factores competitivos: para além de assentar nos recursos humanos, materiais e naturais, tem de apostar no reforço da competitividade e correspondente sustentabilidade das empresas (conhecimento e inovação; processos produtivos e organizativos), garante da criação de riqueza, de empregos, de coesão social e de sobrevivência económica. A promoção do potencial de crescimento e desenvolvimento económico regional implica uma estratégia que aposte claramente numa crescente abertura e adaptação à inovação do tecido produtivo regional, muitas vezes com criação e consolidação de clusters territoriais de empresas (aumento da produtividade, incremento do empreendedorismo); e não menos, infra-estruturas avançadas, acessibilidades de qualidade e serviços qualificados de apoio, recursos humanos qualificados e competentes, e custos de contexto aceitáveis. A competitividade territorial passa por uma rede urbana equilibrada e estruturada na base do aproveitamento de complementaridades, por uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, por boas acessibilidades intra e inter-regionais, por uma localização menos desequilibrada dos recursos no território, por uma afectação espacial de infra-estruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica; sem esquecer a questão das comunicações e a qualidade ambiental, no seu todo. Na continuidade, merece realce o papel dos poderes públicos e das políticas públicas em promover economias externas e ambientes empresariais mais favoráveis e em reforçar a atractividade regional.

* Economista

Uma atenção especial foi dispensada aos instrumentos de política pública de estímulo às empresas em Portugal, designadamente no âmbito do QREN, 2007-2013, concluindo pela inexistência de uma verdadeira orientação política no sentido de criar reais condições para que todas as regiões possam contribuir plenamente com os seus recursos para o desenvolvimento do país, ao não serem tidas em conta as diferentes condições de partida.

Summary

What is the role of companies as engines of regional growth and development? The article stresses immediately that, in a context of globalisation and therefore of growing competition between territories and economic agents, any regional development strategy must reinforce competitive factors. In addition to being based on human, material and natural resources, it must bet on stepping up companies' competitiveness and corresponding sustainability (knowledge and innovation and production and organisation processes), which will guarantee the creation of wealth, jobs, social cohesion and economic survival. The promotion of growth potential and regional economic development requires a strategy committed to growing openness and adaptation to innovation of the regional production network, often with the creation and consolidation of territorial clusters of companies (higher productivity, more entrepreneurship). It is also necessary to have advanced infrastructures, high quality accesses and competent support services, qualified, proficient human resources and acceptable context costs. Territorial competitiveness entails a balanced urban network structured on the basis of complementarities, good economic articulation between cities and rural areas, good intra- and inter-regional accessibility, more balanced location of resources in the area and spatial allocation of infrastructures that fosters regional development and favours business activity. The issue of communications and environmental quality as a whole must also not be forgotten. The article then highlights the role of the public authorities and public policies in promoting external economies and more favourable business environments and increasing the attractiveness of the region. It devotes special attention to public policy instruments for stimulating companies in Portugal, especially the QREN, 2007-2013 and concludes that there is no real political orientation towards creating the right conditions for all regions to be able to fully contribute their resources to the country's development, as the different starting conditions are not considered.

1. A Competitividade Regional

A globalização, com a crescente concorrência entre territórios e agentes económicos, sobretudo devido à entrada no mercado mundial de novos actores capazes de produzir bens e serviços a preços muito competitivos, obriga a um esforço permanente, designadamente por parte dos países e regiões mais desenvolvidas, de reforço dos seus factores competitivos, de forma a salvaguardar os níveis de emprego, de criação de riqueza e de bem-estar social. Qualquer estratégia de desenvolvimento regional terá pois de assentar nos recursos humanos, materiais e naturais da região, mas deverá apostar numa procura permanente da combinação óptima entre eles para garantir uma economia competitiva em moldes sustentáveis. A palavra-chave da estratégia é portanto "competitividade". É através de um reforço da competitividade que a região garante a sua sobrevivência económica numa economia cada vez mais globalizada e concorrencial, assegurando ao mesmo tempo criação de riqueza e de empregos mais remuneradores e preservando a coesão social.

Esse reforço da competitividade terá necessariamente que se ancorar no domínio e/ou acesso ao conhecimento e informação que for sendo produzida a nível mundial para ser incorporada nos processos produtivos e organizativos regionais e passar designadamente por:

- Um maior dinamismo e inovação empresarial;
- Uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- Um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- Um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infraestruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- A preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, atingindo indicadores de excelência que permitam sustentar a prazo a tradicional especialização regional no sector do turismo;

- Uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os custos de contexto para os agentes económicos.

Estas são pois as seis faces do reforço da competitividade regional, constituindo portanto seis vertentes de uma qualquer estratégia de desenvolvimento futuro.

O reforço da produtividade e competitividade empresarial e a promoção do potencial de crescimento e desenvolvimento económico regional só são alcançáveis através de uma estratégia que aposte claramente numa crescente abertura e adaptação à inovação do tecido produtivo regional. Tal implica por vezes uma redefinição de prioridades no sentido de promover uma economia regional mais diversificada e sustentada, com forte base tecnológica e capacidade exportadora. A reestruturação do tecido produtivo regional passa obrigatoriamente por novas formas organizativas das empresas de menor dimensão, predominantes a nível regional, e por uma crescente introdução de novos conhecimentos e de nova tecnologia. O processo de ajustamento tecnológico a observar nas empresas regionais implica por vezes grandes necessidades de investimento, pelo que os sistemas financeiros de apoio devem criar novos mecanismos que respondam adequadamente a esta necessidade.

Um dos elementos mais significativos para o estabelecimento de uma rede de trabalho para a competitividade é a criação e consolidação de clusters territoriais de empresas. Os clusters reúnem numa determinada área geográfica fornecedores de produtos complementares, dando em simultâneo às empresas melhor acesso a informação especializada e a marketing mais eficiente. A existência de clusters facilita a cooperação entre empresas na área da investigação, permitindo em simultâneo obter benefícios na vertente internacional. A existência territorial de clusters fortalece a competitividade através do aumento da produtividade, estimulando as empresas inovadoras, mesmo entre concorrentes, gerando em simultâneo novas oportunidades que induzem o incremento do empreendedorismo. A estratégia de atracção de empresas de nova geração (por exemplo na área da Biotecnologia, Ambiente, Energias Renováveis e das TIC – Tecnologias de Informação e de Comunicação), necessita previamente que sejam satisfeitos vários requisitos específicos, nomeadamente a disponibilidade de infra-estruturas avançadas, de acessibilidades de qualidade e de serviços qualificados de apoio.

Naturalmente que uma tal evolução no universo das empresas regionais não é possível sem uma melhoria significativa das qualificações e competências dos recursos humanos tanto actuais como os que continuem a ser atraídos pela qualidade de vida que cada região conseguir garantir enquanto factor competitivo. É indispensável atingir patamares mais elevados de qualificações que permitam não só reforçar a capacidade de produção de conhecimento – tanto nas universidades e laboratórios de Estado como nas empresas – mas igualmente favoreçam o empreendorismo, facilitem a adaptação tecnológica da mão de obra activa regional, viabilizem níveis mais elevados de qualidade nos produtos e serviços prestados e garantam uma aproximação substancial dos níveis de educação regionais das médias europeias.

Para o efeito, devem ser conjugadas de forma activa duas lógicas de actuação:

- Uma lógica centrada na antecipação de respostas (sobretudo em matéria de fixação de competências técnicas) orientadas para melhorar a capacidade competitiva das empresas e das organizações;
- Uma lógica centrada na resposta a problemas que persistem e têm expressão regional, como sejam o combate ao abandono e insucesso escolar, à qualificação dos activos empregados de mais baixas qualificações e ao reconhecimento e certificação de competências não formais e informais.

As respostas a dar devem ter presente o quadro institucional e de capacidades existentes para produzir respostas eficazes em direcção àqueles problemas e desafios. Face às dificuldades existentes – que urge ultrapassar por forma a dotar uma estratégia de intervenção de condições de operacionalização – há que garantir uma adequada mobilização de recursos e uma capacitação de entidades (regionais e supra-regionais, a envolver em parcerias), de modo a melhorar, em termos de eficácia e eficiência, as respectivas "performances" de actuação no sistema regional de emprego.

A questão institucional não é, aliás, específica da área dos recursos humanos; trata-se de uma questão horizontal a todos os sectores de actividade e a que deve ser dada a devida importância para assegurar o seu pleno contributo para a modernização e inovação regional. Há que reduzir substancialmente os custos de contexto suportados pelas empresas

tanto no momento da sua criação como durante a laboração e promover uma Administração amiga da economia e do cidadão: ela deve enquadrar a actividade económica e definir regras transparentes para a sua actuação, mas igualmente facilitar – e não como por vezes acontece, obstaculizar – a acção dos agentes económicos.

Tanto a Administração Central desconcentrada como as autarquias locais devem assumir-se cada vez mais como agentes de desenvolvimento, com um papel particularmente relevante na condução e na criação de condições de base para que os empresários possam atingir os objectivos a que a região no seu todo se propõe. Tal evolução pressupõe reformas de mentalidade, inovação e criação de novos processos e modalidades de intervenção, associando assim plenamente os agentes públicos ao esforço de modernização e ao novo dinamismo que se pretende imprimir na região.

Para além da competitividade das empresas e da população activa, importa assegurar a competitividade do território regional. Esta competitividade territorial passa por uma rede urbana equilibrada e estruturada na base do aproveitamento de complementaridades, por uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, por boas acessibilidades intra e inter-regionais, por uma localização menos desequilibrada dos recursos no território regional que evite a continuada desertificação das zonas rurais de menor densidade, por uma afectação espacial de infraestruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica. A competitividade de uma região está muito dependente da capacidade de envolver plenamente todos os espaços sub-regionais no processo de desenvolvimento, valorizando as suas potencialidades próprias. Há, pois, que criar maiores laços de complementaridade económica entre os vários territórios sub-regionais, designadamente entre zonas urbanas e rurais. A estruturação e hierarquização da rede urbana promovida pelos planos regionais de ordenamento do território e a racionalização que daí decorre no que concerne a equipamentos colectivos de iniciativa pública, deve permitir melhorar a competitividade regional e afectar recursos financeiros de forma mais eficiente. Terá necessariamente que ser essa a matriz de referência para o completamento das diferentes redes de equipamentos, por forma a vir a atingir-se uma situação qualitativa e quantitativa de nível superior. Associada a essa organização planeada do espaço há desde logo que assegurar a criação de uma rede adequada de áreas empresariais que permita o reordenamento e a criação de novas actividades produtoras de riqueza e de emprego na região.

A questão das comunicações continua a ser uma pedra de toque do desenvolvimento regional. As infra-estruturas e serviços de transportes assumem assim, tanto na mobilidade intra como inter-regional e internacional, um papel determinante e devem continuar a constituir um factor de competitividade. Neste contexto, o modo ferroviário, designadamente para as deslocações metropolitanas e regionais, tem que merecer uma prioridade total, pelos efeitos positivos que tem na qualidade e sustentabilidade ambientais.

A competitividade de uma região está também intimamente ligada à qualidade ambiental do seu espaço. Nesse sentido, a região não pode, portanto, satisfazer-se com os simples requisitos mínimos impostos por directivas ambientais comunitárias, devendo antes ambicionar patamares mais elevados de qualidade nesta matéria. Tanto no que respeita à qualidade da água para consumo humano, como ao saneamento básico e tratamento de águas residuais e, ainda, à recolha selectiva e tratamento de resíduos sólidos há que visar o que de melhor se faz na Europa, criando uma imagem de qualidade para os residentes e visitantes da região. Para além destas questões mais ligadas às infra-estruturas ambientais, o esforço dos poderes públicos deve concentrar-se também na defesa da orla costeira, na prevenção de riscos de poluição marítima e de incêndio florestal e na valorização das zonas de protecção especial – designadamente os parques naturais e as zonas da Rede NATURA 2000.

É pois deste conjunto de actuações em vários domínios das políticas públicas, estruturadas de forma coerente e articulada e envolvendo os agentes públicos e privados nacionais e regionais que se assegurará a competitividade regional; contudo, tal conclusão não pode fazer esquecer o papel das empresas enquanto agentes motores do crescimento e desenvolvimento regional.

2. As empresas e o desenvolvimento das regiões

A criação de uma dinâmica própria de desenvolvimento nas regiões resulta da combinação de uma utilização eficiente do desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais, disponibilizadas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo. Esta síntese é, em primeiro lugar, efectuada pelas empresas e reflecte-se na capacidade competitiva de cada uma delas e da região no

seu conjunto. É no contexto da competitividade regional e dos desafios que cada território enfrenta no quadro da globalização que se tem de apreciar o papel das empresas – e, em particular das pequenas e médias empresas que constituem o essencial do tecido empresarial de uma região economicamente madura, com relações densas intra e inter-sectoriais – enquanto motor da introdução de inovação e garantia de continuidade na criação de emprego e riqueza. É com efeito a empresa o agente que, por se encontrar directamente exposto à evolução dos mercados – tanto internos como externos – em primeiro lugar sentirá a mudança e a necessidade de a ela se adaptar. A sua capacidade de adaptação e de manutenção/criação de factores competitivos que lhe permitam ultrapassar obstáculos e continuar a crescer é pois a primeira medida da competitividade regional.

Naturalmente que esta competitividade acaba por resultar da capacidade competitiva de uma multiplicidade de agentes económicos e sociais que constituem o tecido empresarial e também social da região; as condições de ordem supra e infra-estrutural, que em boa parte ultrapassam a esfera de intervenção directa das empresas, assumem por vezes papel determinante na criação das melhores condições para que os agentes económicos encontrem novas soluções de resposta à concorrência acrescida de outras regiões e aos novos desafios dos mercados. Nesse sentido o papel dos poderes públicos e das políticas públicas em promover economias externas e ambientes empresariais mais favoráveis, bem como em reforçar a atractividade regional, é muito importante para o desenvolvimento das empresas e a criação de novas unidades produtivas. Neste contexto há que sublinhar o lugar das micro, pequenas e médias empresas em cada região, face ao volume de emprego largamente maioritário que criam e mantêm, e as suas características particulares. As políticas públicas não podem deixar de atribuir forte prioridade a estes segmentos empresariais, até enquanto promoção de igualdade de oportunidades em relação às grandes empresas.

De notar que a capacidade de inovação das empresas de pequena dimensão é afectada por características organizacionais que as diferenciam das grandes empresas, acarretando vantagens e desvantagens. As vantagens estão relacionadas com a capacidade de reagirem rapidamente a novas demandas do mercado; terem pouca burocracia interna e por isso aproveitarem oportunidades mais rapidamente; serem geridas de maneira mais dinâmica e com mais disposição para assumir riscos; terem uma

comunicação interna informal e eficiente; e adaptarem-se mais facilmente às mudanças no ambiente externo. No entanto, as empresas de pequena dimensão encontram-se em situação desvantajosa porque não dispõem de muitos recursos para buscar e utilizar fontes externas de *expertise* científica e tecnológica; não têm meios de incorporar recursos humanos especializados ou bem qualificados; não podem manter um esforço de I&D na escala necessária; têm dificuldade em atrair capital de risco; não conseguem assumir os riscos financeiros da inovação; não conseguem ter economias de escala na produção; e têm dificuldades em reunir o capital necessário para crescer mais rapidamente e lidar com organizações ou regulamentações muito complexas.

É pois este o conjunto de áreas que prioritariamente devem merecer a atenção dos poderes públicos visto que do sucesso da aplicação de instrumentos que visem a minoração das desvantagens das PMEs ou facilitem a sua superação depende em larga medida a sua capacidade concorrencial num mercado aberto. A questão das infra-estruturas económicas – acessibilidades, acolhimento empresarial – e dos custos de contexto – relacionamento eficiente com a Administração – são também factores de primordial importância para o desenvolvimento das economias regionais. É de salientar que as análises de impactes efectuadas aos diversos quadros comunitários de apoio (QCA) desde a adesão à União Europeia em 1986 e às diversas políticas e instrumentos públicos que lhes estiveram subjacentes têm vindo a revelar uma eficácia bem maior para a redução de assimetrias regionais das actuações em matéria de realização de infra-estruturas públicas do que em relação ao estímulo para a criação ou deslocalização de empresas para as regiões mais deprimidas.

Esta conclusão resultará porventura tanto de políticas parcelares e pouco consistentes ao longo dos anos na atracção do investimento nacional e estrangeiro para as regiões mais pobres como de uma insuficiente intensidade de apoio face às situações relativas de partida entre litoral e interior. As disparidades de desenvolvimento entre regiões são explicadas por um conjunto diversificado de factores que conduzem a produtividades e níveis de emprego desiguais entre regiões; só atacando de forma holística essas realidades e esses factores negativos é que será possível criar as condições que assegurem uma atractividade e desenvolvimento endógeno sustentáveis dessas regiões.

A existência continuada de incentivos ao investimento nas empresas desde a adesão à União Europeia não garante por si só um quadro

estimulador da instalação de empresas nas zonas mais desfavorecidas. A variação significativa de QCA para QCA da componente "majoração regional" – qualquer que fosse a forma que assumisse, mas traduzindo-se sempre num apoio adicional às empresas nos territórios economicamente deprimidos – e o progressivo reforço relativo das políticas em favor das empresas do litoral a partir do início da década de 90, veio reduzir o efeito de estímulo que os sistemas de incentivos de finalidade regional visavam assegurar.

Tal evolução resultou de dois factores de sinal contrário: por um lado, a redução progressiva dos tectos de intensidade de apoio às empresas nas regiões desfavorecidas determinada pela Comissão Europeia; por outro, a orientação nacional de apoiar substancialmente as empresas do litoral português, onde se concentra o essencial do tecido empresarial português, para que se fortalecessem e mais facilmente pudessem competir no Mercado Único Europeu. A consequência destas duas tendências foi a redução de facto do estímulo financeiro para a localização nas regiões do interior, que algumas medidas fiscais tomadas mais tarde pelo Governo só muito parcialmente viriam colmatar. A combinação destas medidas de incidência directa nos investimentos das empresas com o conjunto de acções desgarradas e muitas vezes adiadas, ligadas ao investimento em bens e serviços públicos por parte da Administração Central e Local não veio por certo fornecer um quadro estável, previsível e de longo prazo que pudesse constituir uma base firme para o investimento no interior do País. A reduzida atractividade dos incentivos ao investimento no interior – face à disparidade das situações de partida – e a pouco articulada e programada remoção de alguns obstáculos fundamentais ao investimento nessas zonas – infra-estruturas e serviços públicos; formação profissional – estão por certo na raiz de alguma falta de sucesso desta política pública.

3. Os instrumentos de política pública de estímulo às empresas em Portugal

O quadro de apoios às empresas definido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-13 dá clara continuidade ao modelo em vigor nos QCA anteriores, ainda que racionalize os instrumentos e os adapte à legislação comunitária entretanto publicada

em matéria de Concorrência. Dado que pela primeira vez as sete regiões NUTS II do País, em termos de Coesão Económica e Social comunitária, foram separadas em quatro categorias diferentes, a que correspondem estatutos diferentes em matéria de auxílios de Estado, as intensidades de apoio em cada região portuguesa passaram a ser determinadas muito mais pela regulamentação comunitária do que por decisão autónoma nacional. Assim sendo, assistiu-se a uma maior diferenciação por NUTS II do que anteriormente, mas a delimitação horizontal das regiões portuguesas não garante que os normativos comunitários se traduzam em instrumentos robustos de apoio às empresas no interior. Sendo o enquadramento comunitário aplicável a cada região no seu conjunto, a diferenciação no interior de cada região acaba por ser mitigada, não se tendo portanto alterado as questões de fundo enunciadas anteriormente no que respeita aos incentivos às empresas nas regiões portuguesas mais desfavorecidas.

Os instrumentos de apoio às empresas no âmbito de QREN assumem quatro tipologias distintas:

- Sistemas de incentivos ao investimento das empresas – apoios financeiros directos à realização de investimentos produtivos e imateriais, com vista à promoção da competitividade e da inovação, podendo ser não reembolsáveis ou reembolsáveis e estar associados a prémios de realização;
- Mecanismos de engenharia financeira – promoção de soluções de financiamento dos capitais próprios das empresas (capital de risco) ou alheios (financiamento, bonificação de juros, garantias, etc.);
- Apoios a acções colectivas – apoios indirectos à competitividade da economia, através da promoção de factores de competitividade de natureza colectiva; devendo os projectos ser promovidos por instituições públicas ou por entidades privadas sem finalidade lucrativa cujos resultados não poderão ser objecto de apropriação privada;
- Apoios a acções públicas – investimentos na envolvente das empresas, pelo que se podem considerar como apoios indirectos às empresas, através dos serviços ou outro tipo de cooperação de natureza científica, tecnológica, qualidade, formação, informação, inteligência de mercados, etc., de que vierem a beneficiar.

Em relação especificamente aos sistemas de incentivos, procedeu-se a uma racionalização dos existentes e procurou-se uma maior exigência na selecção e na focalização dos apoios em áreas estratégicas da empresa; manteve-se entretanto o carácter transversal inter-sectorial dos sistemas.

O resultado foi a concentração em apenas três sistemas de incentivos ao investimento do essencial dos regimes de apoio directo às empresas, a saber:

- Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento (nas empresas);
- Sistema de Incentivos à Inovação (investimento produtivo empresarial);
- Sistema de Incentivos à Qualificação das PME (aposta nos factores dinâmicos em PME).

O Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento visa apoiar actividades de I&DT nas empresas, estimulando a cooperação em consórcio com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas e entidades europeias.

O Sistema de Incentivos à Inovação visa apoiar o investimento produtivo inovador nas empresas, podendo abranger a produção de novos bens e serviços no país ou "up-grading" significativo da produção actual, através da transferência e aplicação de conhecimento ou de inovações organizacionais, bem como a expansão de capacidades de produção em sectores de conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas. O incentivo ao empreendedorismo qualificado é efectuado através deste sistema de incentivos, tal como o apoio ao investimento estrangeiro qualificante.

O Sistema de Incentivos à Qualificação das PME visa favorecer a utilização por PME de factores de competitividade de natureza imaterial (organização e gestão, concepção, desenvolvimento e engenharia de produtos e processos, presença na economia digital, eficiência energética, certificação de sistemas de qualidade, ambiente, segurança, saúde e responsabilidade social, moda e design, internacionalização e inserção e qualificação de recursos humanos).

A operacionalização destes sistemas é assegurada pelo enquadramento financeiro dos incentivos dirigidos às grandes e médias empresas no PO Temático Factores de Competitividade e dos relativos às peque-

nas e microempresas nos PO Regionais do Continente, sem prejuízo da recepção centralizada de candidaturas num "guichet" electrónico único. A aplicação dos sistemas de incentivos é transversal ao território do Continente – as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira criaram regimes de incentivos próprios com um modelo mais diversificado – mas as obrigações comunitárias em matéria de Auxílios de Estado implicaram a fixação de tectos de intensidade de apoio por região, o que significa que existe diferenciação territorial. Não se afigura contudo que tal diferenciação venha a ter um real impacto na localização das actividades económicas, funcionando antes como um apoio minimizador para as empresas de efeitos negativos que enfrentam nas regiões em que já se situam ou onde, de qualquer modo, iriam criar empresas.

No que respeita às restantes medidas e acções públicas ou parapúblicas em favor das empresas regionais, a diferenciação é quase inexistente e portanto a sua aplicação é uniforme no território continental. Não se pode portanto considerar que existe uma verdadeira orientação política no sentido de criar reais condições para que todas as regiões possam contribuir plenamente com os seus recursos para o desenvolvimento do País. A palavra de ordem passou a ser competitividade mas esta é vista de forma homogénea, sem ter em conta as condições de partida, ou seja sem recriar efectiva igualdade de oportunidades entre empresas que consagre a leal concorrência.